

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

COMPADRISMO

A. da Silva Mello

O compadrismo é uma autêntica instituição nacional, nascida dessa nossa tendência para a aproximação e a camaradagem. Também a nossa política anda impregnada desses mesmos sentimentos, que têm levado o Brasil à beira do abismo, porque o governo tem de ser muito pessoal e individualista, cheio de vantagens e proteções, de abraços e intimidades.

01 - Deduz-se da leitura do texto que:

- (A) o compadrismo deve ser abolido para que a política brasileira tenha atuação positiva;
- (B) o compadrismo é uma instituição nacional que se limita à política;
- (C) os governos devem ser pessoais e individualistas para que não se contaminem pelo compadrismo;
- (D) as vantagens e as proteções governamentais são frutos da recusa do compadrismo em nossa política;
- (E) o compadrismo é uma instituição americana e tem feito a desgraça política de muitas nações do continente.

02 - Palavra que NÃO é formada por derivação sufixal é:

- (A) compadrismo;
- (B) camaradagem;
- (C) nacional;
- (D) aproximação;
- (E) vantagens.

03 - Ao dizer que *o compadrismo é uma autêntica instituição nacional*, o autor não indica a que nação se refere, mas os leitores sabem que ele se refere ao Brasil; esse conhecimento deriva do fato de que:

- (A) o autor é brasileiro;
- (B) o texto foi produzido no Brasil e para ser lido aqui;
- (C) a língua utilizada no texto é a portuguesa;
- (D) só o Brasil possui o compadrismo;
- (E) as informações do texto se referem ao Brasil.

04 - Ao dizer que o compadrismo nasce da nossa tendência para a aproximação e a camaradagem, o autor do texto comete um erro argumentativo, que é:

- (A) atribuir a um efeito a posição de causa;
- (B) partir de uma inferência para o seu raciocínio;
- (C) misturar método dedutivo e indutivo;
- (D) formular inadequadamente um silogismo;
- (E) partir do geral para o particular.

05 - O autor empregou a palavra *impregnada* a fim de:

- (A) mostrar a enorme participação do compadrismo em nossas decisões políticas;
- (B) indicar uma visão negativa do compadrismo em nosso governo;
- (C) melhorar o nível de linguagem empregada em texto destinado a leitores cultos;
- (D) demonstrar sua preocupação com a clareza da linguagem utilizada;
- (E) contaminar o texto com a linguagem médica, a fim de implicitamente dar a conhecer a sua profissão.

06 - "... impregnada desses mesmos sentimentos,..."; termo do texto que desempenha a mesma função sintática do termo sublinhado é:

- (A) autêntica instituição nacional (1.1);
- (B) a nossa política (1.3);
- (C) à beira do abismo (1.5);
- (D) muito pessoal e individualista (1.6);
- (E) de vantagens e proteções, de abraços e intimidades (1.6/7).

07 - "... porque o governo tem de ser muito pessoal e individualista,..." nesse caso, o autor:

- (A) indica um caminho a ser seguido pelos bons governos;
- (B) mostra como deveria ser a realidade política nacional;
- (C) condena a ausência do compadrismo na política;
- (D) mostra uma tendência derivada do compadrismo;
- (E) elogia a atitude de um governo democrático.

08 - "... desses mesmos sentimentos que têm levado o Brasil à beira do abismo,..."; a forma verbal *têm levado* indica uma ação:

- (A) que já terminou;
- (B) anterior a outra ação passada;
- (C) habitual no passado;
- (D) iniciada no passado que continua no presente;
- (E) iniciada no presente que continua no futuro.

09 - O texto I pode ser classificado como:

- (A) narrativo;
- (B) argumentativo;
- (C) informativo;
- (D) publicitário;
- (E) descritivo.

TEXTO II

A INDUSTRIALIZAÇÃO

Getúlio Vargas

O problema básico de nossa economia estará em breve sob novo signo. O país semicolonial, agrário, importador de manufaturas e exportador de matérias-primas poderá arcar com as responsabilidades de uma vida industrial autônoma, provendo as suas urgentes necessidades de defesa e aparelhamento.

10 - Deduz-se da leitura do texto II que:

- (A) não vão ocorrer mudanças no cenário econômico;
- (B) o problema de nossa economia está na falta de industrialização;
- (C) o Brasil vai deixar de dedicar-se à agricultura;
- (D) o problema econômico do Brasil é fruto do colonialismo;
- (E) o nosso país vai deixar de importar manufaturas.

11 - A situação referida no momento da enunciação do texto:

- (A) vai ocorrer em breve, na dependência de algumas condições;
- (B) vai certamente acontecer num futuro próximo;
- (C) já ocorreu num passado recente;
- (D) ocorreu num passado recente e vai continuar no futuro;
- (E) é fruto da imaginação nacionalista de Getúlio Vargas.

12 - O item abaixo que NÃO representa uma mudança na realidade brasileira, segundo o texto é:

- (A) agrário / industrial;
- (B) importador / produtor;
- (C) semicolonial / colonizado;
- (D) dependente / independente;
- (E) antigo / moderno.

13 - Na primeira linha do texto, o vocábulo *básico* equivale semanticamente a:

- (A) tradicional;
- (B) histórico;
- (C) fundamental;
- (D) estrutural;
- (E) clássico.

14 - "... sob novo signo."; nesse segmento o autor empregou corretamente a preposição *sob*; o item abaixo em que houve troca entre *sob/sobre* é:

- (A) Sob esse aspecto, a economia vai mudar;
- (B) A economia foi analisada sob vários pontos de vista;
- (C) A industrialização virá sob um novo governo;
- (D) O congresso vai discutir sob política econômica;
- (E) A industrialização foi feita sob pressão de grupos.

15 - *Agrário* se refere a *campo*; o vocábulo abaixo em que esse radical tem significado diferente é:

- (A) agricultor;
- (B) agridoce;

- (C) agrimensor;
- (D) agreste;
- (E) agrícola.

16 - *matérias-primas* faz plural da mesma forma que:

- (A) porta-voz;
- (B) guarda-comida;
- (C) bem-te-vi;
- (D) aluno-mestre;
- (E) pisca-pisca.

17 - *provendo* é gerúndio de *prover*, verbo cuja forma de primeira pessoa do singular do presente do indicativo é:

- (A) inexistente;
- (B) provejo;
- (C) provenho;
- (D) provo;
- (E) proveio.

18 - Palavras que se acentuam pela mesma razão ortográfica são:

- (A) básico / pára;
- (B) estará / industrialização;
- (C) agrário / matérias;
- (D) país / vítima;
- (E) autônomo / saída.

19 - "... as suas urgentes necessidades de defesa e aparelhamento."; levando-se em consideração o contexto, o vocábulo *defesa* pode aplicar-se aos campos:

- (A) econômico e militar;
- (B) político e econômico;
- (C) político e social;
- (D) social e militar;
- (E) econômico e social.

20 - O texto pode ser visto como:

- (A) fruto da imaginação do governante;
- (B) uma promessa política;
- (C) uma realidade presente e tangível;
- (D) um protesto contra a exploração;
- (E) uma crítica aos países ricos.

LÍNGUA INGLESA

LEIA O TEXTO I E RESPONDA ÀS QUESTÕES 21 A 25:

Texto I



Types of Patent Searches and What They Can Do for You

All patent searches have several aspects in common. Each involves studying records and patents available in the U.S. Patent Office located in Arlington, Virginia, just outside Washington, D.C. The U.S. Patent Office is the only place, at this writing, and in this country, where the patents are classified by subject matter with all patents of each class and subclass being conveniently available for public searching. Normally, the searches are conducted by a patent lawyer who travels to the U.S. Patent Office or by a lawyer's associate who resides there. Complete knowledge by the patent lawyer of the subject matter to which the search is directed is required.

(Konold, W.G. et alii. *What every engineer should know about patents*. NY: Marcel Dekker, Inc., 1979: 17)

21 - Com relação a patentes, o texto discute:

- (A) seu custo;
- (B) sua elaboração;
- (C) sua busca;
- (D) seu tipo;
- (E) sua sub-categoria.

22 - "in this country" (l.05) se refere a:

- (A) Washington;
- (B) Virginia;
- (C) Arlington;
- (D) The U.S.;
- (E) District of Columbia.

23 - Segundo o texto, as patentes são classificadas por:

- (A) preço;
- (B) assunto;
- (C) conveniência;
- (D) localização;
- (E) público.

24 - O sujeito de "is required"(l.12) é:

- (A) complete knowledge;
- (B) lawyer's associate;
- (C) subject matter;
- (D) the search;
- (E) the patent lawyer.

25 - A palavra "records" (l.02) significa:

- (A) discos;
- (B) registros;
- (C) registros;
- (D) recordações;
- (E) contas.

LEIA O TEXTO II E RESPONDA ÀS QUESTÕES 26 A 33:

Texto II**The Value of Patents**

Unfortunately, many engineers do not approve of patents, which in their eyes are merely an excuse to force them into work which is separate from the real purpose of their lives -- engineering. Hence, it is necessary to persuade them that patents have a value, and that a company can be greatly inconvenienced without them. It is also necessary, in many cases, to bring home to engineers the central fact that you cannot get a patent until someone has invented something. It has been shown already that a valid patent with strong claims to define its invention enables the patentee to prevent someone else from using the invention, or to force him to pay for the privilege of using it. Thus one obvious use for a patent is to prevent competitors from copying what the patent covers. Therefore, when a company introduces a new product, it is desirable to examine it to see if it contains any patentable ideas.

(Capsey, S.R. *Patents. An Introduction for Engineers and Scientists*. London: Newnes-Butterworths, 1973: 11)

26 - Quando afirma que muitos engenheiros preferem não trabalhar com patentes, o autor:

- (A) critica a lei;
- (B) concorda com os engenheiros;
- (C) lamenta o fato;
- (D) aceita a questão;
- (E) não se posiciona.

27 - "Hence" (l.04) sinaliza uma:

- (A) semelhança;
- (B) negação;
- (C) oposição;
- (D) conclusão;
- (E) comparação.

28 - Em "... to persuade them" (l.05) a palavra sublinhada se refere a:

- (A) vidas;
- (B) patentes;
- (C) engenheiros;
- (D) olhos;
- (E) casos.

29 - A palavra sublinhada em "until someone has invented something" (1.08) quer dizer:

- (A) quando;
- (B) mesmo que;
- (C) embora;
- (D) até que;
- (E) depois que.

30 - O sujeito de "enables" (1.11) é:

- (A) someone;
- (B) patentee;
- (C) invention;
- (D) patent;
- (E) something.

31 - "Thus" (1.13) pode ser substituído por:

- (A) Moreover;
- (B) Therefore;
- (C) However;
- (D) Nevertheless;
- (E) Furthermore.

32 - Em "strong claims" (1.10/11), o substantivo pode ser substituído por:

- (A) arguments;
- (B) definitions;
- (C) complaints;
- (D) objections;
- (E) intentions.

33 - O autor conclui que é importante verificar se um produto novo:

- (A) vai vender bem no mercado;
- (B) foi copiado por outros;
- (C) foi aprovado pelos engenheiros;
- (D) foi patenteado;
- (E) pode ser patenteado.

LEIA O TEXTO III E RESPONDA ÀS QUESTÕES 34 A 40:

Texto III

Information contained in the registration agreement

The information required of a domain name applicant in the registration agreement should include those things recommended in the WIPO Final Report, namely, the full name of the applicant, the applicant's address, e-mail

address, if any, telephone number, facsimile number; and if a corporation, the name of an authorised agent for service of process. Additionally, with respect to the commercial category of gTLDs, whether or not the applicant owns a trademark registration for the goods or services concerned should be included in the registration agreement. No special privilege of anonymity should be available to those domain name registrants in the non-commercial category. This would promote the responsible use of the Internet and would prevent the use of this category as a "safe haven for predatory activities". However, while the domain name registrant could not remain anonymous in the registration agreement, there would still be the ability to speak as freely and as anonymously as is currently possible on the Internet, by way of other's websites, or by remaining anonymous on one's own website.

(Kaufman, I.J. "The Domain Name System - Act Now or Regret Later" in *Trademark World* # 120: 19)

34 - The purpose of the text is to:

- (A) warn against the dangers of the Internet;
- (B) examine the accuracy of information in the Internet;
- (C) inform about the anonymity necessary in the Internet;
- (D) avoid the widespread use of e-commerce;
- (E) comment on the importance of registration agreement.

35 - The underlined word in "should include" (1.02) implies:

- (A) obligation;
- (B) advice;
- (C) improbability;
- (D) condition;
- (E) prohibition.

36 - "This would promote" (1.13) refers to:

- (A) no special privilege;
- (B) the non-commercial category;
- (C) trademark registration;
- (D) registration agreement;
- (E) commercial category.

37 - In "would prevent" (1.14) the underlined word can be translated by:

- (A) prevenir;
- (B) facilitar;
- (C) propiciar;
- (D) garantir;
- (E) impedir.

38 - The expression "a safe haven for predatory activities" (1.15) implies:

- (A) protection;
- (B) aggression;

- (C) greed;
- (D) infinity;
- (E) danger.

39 - "while" in "while the domain name registrant" (I.16) expresses:

- (A) time;
- (B) cause;
- (C) consequence;
- (D) concession;
- (E) condition.

40 - The word that can replace "currently" (I.19) is:

- (A) actually;
- (B) really;
- (C) later;
- (D) presently;
- (E) now.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM PATENTES

41 - O exame de um pedido de patente está subordinado, entre outros, aos seguintes diplomas legais:

- (A) a lei que regula direitos e obrigações relativas à propriedade industrial e aos tratados em vigor no Brasil;
- (B) a lei que regula direitos e obrigações relativas à propriedade industrial e aos tratados em vigor no Brasil, alterados pelos atos normativos estabelecidos pelo presidente do INPI;
- (C) a lei que regula direitos e obrigações relativas à propriedade industrial e aos tratados em vigor no Brasil, alterados pelos atos normativos estabelecidos pelo presidente do INPI e pelas diretrizes ou manuais de exame técnico;
- (D) o exame técnico está exclusivamente subordinado aos atos normativos estabelecidos pelo presidente do INPI, diretrizes e manuais de exame técnico;
- (E) a lei que regula direitos e obrigações relativas à propriedade industrial, não estando subordinado aos tratados em vigor no Brasil.

42 - A lei que regula direitos e obrigações relativas à propriedade industrial, ao assegurar ao autor de invenção ou modelo de utilidade o direito de obter a patente que lhe garanta a propriedade, concede ao autor, entre outros:

- (A) o direito de uso exclusivo do objeto patentado em todo o território nacional;
- (B) o direito de uso, gozo e fruição de todo o conteúdo da patente, conforme concedida;
- (C) todos os direitos inerentes aos institutos da posse e da propriedade ao que está descrito;
- (D) todos os direitos inerentes aos institutos da posse e da propriedade ao que está descrito ou reivindicado;
- (E) o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de

produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar com estes propósitos produto objeto de patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado.

43 - Se dois ou mais autores tiverem realizado a mesma invenção ou modelo de utilidade, de forma independente, o direito de obter patente será assegurado àquele:

- (A) que provar a divulgação de invenção ou modelo de utilidade ocorrida durante os 12 (doze) meses que precederem a data de depósito ou a da prioridade do pedido de patente;
- (B) que provar o depósito mais antigo, independentemente das datas de invenção ou criação;
- (C) que provar a data de invenção mais antiga, por todos os meios de prova admitidos em direito;
- (D) que provar a data de criação mais antiga, por todos os meios de prova admitidos em direito;
- (E) que provar o depósito mais antigo, independentemente das datas de prioridade interna ou internacional.

44 - Deve ser deferido o pedido de patente que - após o exame técnico - comprovar, entre outros:

- (A) que a invenção atende aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial, mesmo que o relatório não descreva clara e suficientemente o objeto, de modo a possibilitar sua realização por técnico no assunto;
- (B) que a invenção soluciona um problema técnico, atende aos requisitos de novidade e aplicação industrial, descrevendo o relatório, clara e suficientemente, o objeto, de modo a possibilitar sua realização por técnico no assunto, e que indica, quando for o caso, a melhor forma de execução;
- (C) a prévia anuência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS);
- (D) que a invenção atende aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial, que o relatório descreve clara e suficientemente o objeto, de modo a possibilitar sua realização por técnico no assunto e que indica, quando for o caso, a melhor forma de execução;
- (E) que a invenção, quando de processo, atende aos requisitos de novidade, ato inventivo e aplicação industrial, que o relatório descreve clara e suficientemente o objeto, de modo a possibilitar sua realização por técnico no assunto e que indica, quando for o caso, a melhor forma de execução.

45 - Uma patente de modelo de utilidade confere direitos:

- (A) ao produto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial ou ao processo ou produto obtido diretamente por processo de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial;
- (B) ao produto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial e ao processo ou produto obtido diretamente por processo de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial;
- (C) ao produto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, mas nunca ao processo;
- (D) ao produto de uso prático, ou parte deste, suscetível de

aplicação industrial, o que inclui reivindicações de uso do produto, mas nunca ao processo ou produto obtido diretamente por processo de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial;

- (E) ao produto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, ao processo ou produto obtido diretamente por processo de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial e a todo e qualquer aperfeiçoamento.

46 - A inventividade do objeto reivindicado sobre o estado da técnica, requisito necessário para a concessão de patente de invenção e modelo de utilidade, restará comprovada, respectivamente:

- (A) sempre que, para um técnico no assunto, não decorra de maneira evidente ou óbvia do estado da técnica e, que, não decorra de maneira comum ou vulgar do estado da técnica;
- (B) sempre que, para um técnico no assunto, fique comprovada a existência de ato inventivo e de atividade inventiva;
- (C) sempre que, para um técnico no assunto, não decorra de maneira comum ou evidente do estado da técnica e, que, não decorra de maneira vulgar ou óbvia do estado da técnica;
- (D) quando o objeto reivindicado no pedido de patente ou modelo de utilidade estiver compreendido no estado da técnica;
- (E) sempre que, para um técnico no assunto, não decorra de maneira comum ou vulgar do estado da técnica e, que, não decorra de maneira evidente ou óbvia do estado da técnica.

47 - Não se considera invenção nem modelo de utilidade:

- (A) descobertas, teorias científicas e métodos implementados por programas de computador;
- (B) as obras científicas;
- (C) tabuleiros de jogo;
- (D) produtos terapêuticos ou de diagnóstico, para aplicação no corpo humano ou animal;
- (E) aperfeiçoamento de produtos e processos em domínio público.

48 - O estado da técnica é constituído:

- (A) por todo o conteúdo de pedido depositado no Brasil, e ainda não publicado, a partir da data de depósito, ou da prioridade reivindicada, ainda que não venha a ser publicado;
- (B) por tudo aquilo tornado acessível ao público antes da data de depósito do pedido de patente, por descrição escrita ou oral, por uso ou qualquer outro meio, somente no Brasil;
- (C) por tudo aquilo tornado acessível ao público antes da data de depósito do pedido de patente, por descrição escrita ou oral, por uso ou qualquer outro meio, no Brasil ou no exterior, ressalvado a prioridade internacional e nacional e o período de graça;

- (D) por tudo aquilo tornado acessível ao público antes da data de depósito do pedido de patente, somente por descrição escrita no Brasil ou no exterior, ressalvada a prioridade internacional e nacional e o período de graça;
- (E) pela divulgação de invenção ou modelo de utilidade, quando ocorrida durante os 12 (doze) meses que precederem a data de depósito ou a da prioridade do pedido de patente.

49 - Em 01/01/2002 o inventor B inventa o objeto P, guardando sigilo. Em 01/02/2002 o inventor A, de forma independente, inventa o mesmo objeto P, também guardando segredo de sua invenção. Em 01/03/2002 o inventor A divulga o objeto P diretamente em uma revista científica. Em 01/04/2002 o inventor B deposita um pedido de patente no INPI reivindicando o objeto P, sem tomar conhecimento da divulgação realizada pelo inventor A. Em 01/05/2002 o inventor A também deposita um pedido de patente para o mesmo objeto P. Levando-se em consideração as informações acima, o provável resultado do exame dos pedidos de patente depositados pelos inventores A e B será:

- (A) apenas o pedido do inventor B será deferido, por ser ele o primeiro a depositar;
- (B) ambos serão deferidos;
- (C) apenas o pedido do inventor B será deferido, por ser ele o primeiro a inventar;
- (D) ambos serão indeferidos, por falta de novidade;
- (E) apenas o pedido do inventor A será deferido, uma vez que o depósito de seu pedido ocorreu durante os 12 (doze) meses que sucederam a data de divulgação, estando assim amparado pelo período de graça.

50 - Ao pedido de patente depositado em país que mantenha acordo como Brasil, ou em organização internacional, que produza efeito de depósito nacional é assegurado o direito de prioridade. A prioridade é admitida apenas para a matéria revelada no pedido anterior, não se estendendo a matéria nova introduzida. Isto significa que:

- (A) a lei assegura o direito de prioridade ao conteúdo do relatório descritivo, desenhos e reivindicações, não sendo permitida qualquer alteração no pedido depositado no país;
- (B) a lei não assegura o direito de prioridade ao conteúdo do relatório descritivo e desenhos, mas somente ao quadro reivindicatório, não sendo permitida qualquer alteração no quadro reivindicatório do pedido depositado no país;

- (C) a lei assegura o direito de prioridade ao conteúdo do relatório descritivo e desenhos, sendo permitida toda e qualquer alteração no quadro reivindicatório do pedido depositado no país;
- (D) a lei assegura o direito de prioridade ao conteúdo do relatório descritivo e desenhos, sendo permitidas alterações exclusivamente no quadro reivindicatório do pedido depositado no país que não se estendam além do conteúdo da prioridade reivindicada;
- (E) a lei assegura o direito de prioridade ao conteúdo integral do pedido, sendo cobertas pelo direito de prioridade as alterações no relatório descritivo, desenhos e quadro reivindicatório do pedido depositado no país que não se estendam além do conteúdo da prioridade reivindicada.

51 - Ao assegurar que o pedido que contiver dados relativos ao objeto, ao depositante e ao inventor, poderá ser entregue, mediante recibo datado, ao INPI, a lei requer que este pedido provisório contenha:

- (A) obrigatoriamente, requerimento, relatório descritivo, reivindicações, desenhos (se for o caso), resumo, e comprovante do pagamento da retribuição relativa ao depósito;
- (B) apenas a identificação do depositante e do inventor (que pode preferir o anonimato), fixando, entretanto, o conteúdo do pedido através de desenhos (se for o caso) e/ou relatório, que não poderá ser emendado para incluir matéria não revelada originalmente;
- (C) obrigatoriamente, relatório descritivo, desenhos (se for o caso) e quadro reivindicatório;
- (D) obrigatoriamente, relatório descritivo, uma vez que desenhos não podem ser utilizados para fixar o conteúdo de um pedido de patente;
- (E) obrigatoriamente, de quadro reivindicatório para fixar o conteúdo do pedido de patente.

52 - As categorias de reivindicações admitidas pelo ordenamento jurídico são divididas :

- (A) em produtos, aplicações novas de meios conhecidos e aperfeiçoamento de invenção obrigatoriamente já em domínio público;
- (B) em métodos e processos;
- (C) em produtos, aplicações novas de meios conhecidos e aperfeiçoamento de qualquer invenção, mesmo que não se encontre em domínio público;
- (D) em produtos e processos;
- (E) em processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado.

53 - Ao determinar que a concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos dependerá da prévia anuência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS), o artigo 229-C da lei 9.279/96, com a redação alterada pela Medida Provisória 2.014, estabelece que:

- (A) o exame técnico para produtos e processos farmacêuticos só pode ser iniciado após a concessão da prévia anuência;
- (B) o exame técnico para produtos e processos farmacêuticos só pode ser concluído após a concessão da prévia anuência;
- (C) o depósito de um pedido de patente para produtos e processos farmacêuticos só pode ser aceito após a prévia anuência;
- (D) a publicação da decisão que conclui o exame, deferindo ou indeferindo o pedido de patente para produtos e processos farmacêuticos, está condicionada ao ato que concede a prévia anuência;
- (E) a expedição da carta-patente, concedida somente após o pagamento da respectiva retribuição, está condicionada ao ato que concede a prévia anuência.

54 - Ao determinar que a concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos dependerá da prévia anuência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS), o artigo 229-C da lei 9.279/96, com a redação alterada pela Medida Provisória 2.014, estabelece que:

- (A) a ANVS fará uma segunda instrução do processo administrativo, realizando um novo exame técnico de todos os requisitos de patenteabilidade (inclusive novidade, atividade inventiva e aplicação industrial), previamente examinados pelo INPI;
- (B) a ANVS realizará uma auditoria em todos os pedidos de patentes para produtos e processos farmacêuticos concedidos pelo INPI, exclusivamente à luz da legislação que regulamente a concessão de patentes de invenção, com poderes para reformar a decisão do Instituto Nacional da Propriedade Industrial;
- (C) a decisão da prévia anuência da ANVS obedecerá os mesmos critérios estabelecidos na legislação de vigilância sanitária para o registro de medicamentos genéricos ou similares;
- (D) a concessão da prévia anuência da ANVS abrange pedidos de patente que tenham como objeto reivindicado um produto ou processo farmacêutico;
- (E) a concessão da prévia anuência da ANVS é ato absolutamente discricionário, não vinculado, não sendo necessário apresentar qualquer justificativa ou motivação de sua decisão.

55 - Para melhor esclarecer ou definir o pedido de patente, o depositante poderá efetuar alterações, desde que estas se limitem à matéria inicialmente revelada no pedido. Isto garante ao requerente:

- (A) a possibilidade de incluir reivindicações que aumentem a abrangência do direito e alterem as categorias das reivindicações, desde que o objeto da patente não se estenda além do conteúdo do pedido originalmente depositado;
- (B) a proibição de incluir reivindicações que aumentem a abrangência do direito, mesmo que o objeto da patente não se estenda além do conteúdo do pedido originalmente depositado;
- (C) a possibilidade de inclusão de matéria nova;
- (D) a proibição de alterar as categorias das reivindicações no pedido;

- (E) a possibilidade de alterar, exclusivamente, erros materiais e de digitação.

56 - O prazo de vigência de uma patente nunca será inferior a 10 (dez) anos, a contar da data de concessão (ressalvada a hipótese de o INPI estar impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior), para as patentes oriundas de depósitos:

- (A) de pedidos de patentes relativos a produtos farmacêuticos e produtos químicos para a agricultura, que tenham sido depositados entre 1º de janeiro de 1995 e 14 de maio de 1997;
- (B) de pedidos de patentes de processo apresentados entre 1º de janeiro de 1995 e 14 de maio de 1997, aos quais o art. 9º, alínea “c”, da lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, não conferia proteção;
- (C) de pedidos de patentes de produto apresentados entre 1º de janeiro de 1995 e 14 de maio de 1997, aos quais o art. 9º, alíneas “b” e “c”, da lei nº 5.772, de 1971, não conferia proteção e cujos depositantes não tenham exercido a faculdade prevista nos artigos 230 e 231 da lei 9.279/96;
- (D) de pedidos de patente cujo prazo entre o depósito ou prioridade e a concessão da carta patente seja de, no máximo, 5 anos;
- (E) de pedidos de patente de produto ou processo concedidos após 14/05/1997.

57 - As naturezas de patente previstas na Lei nº 9.279/96 são:

- (A) patente de invenção, patente de modelo de utilidade, patente de modelo industrial e patente de desenho industrial;
- (B) patente de invenção, patente de modelo de utilidade e patente de desenho industrial;
- (C) patente de invenção e patente de modelo de utilidade;
- (D) patente de invenção;
- (E) patente de modelo industrial e patente de desenho industrial.

58 - Emitida uma exigência de acordo com o artigo 36 da Lei nº 9.279/96, se o depositante não se manifesta no prazo legal e não dispõe de justificativas para requerer extensão, o pedido de patente fica sujeito à seguinte penalidade:

- (A) suspensão do exame;
- (B) arquivamento definitivo;
- (C) arquivamento com direito a recurso;
- (D) indeferimento;
- (E) emissão de nova exigência.

59 - As partes que, segundo o artigo 19 da Lei nº 9.279/96, devem necessariamente compor o pedido de patente são:

- (A) requerimento; relatório descritivo; reivindicações; desenhos, se for o caso; resumo; comprovante do pagamento da retribuição relativa ao depósito;
- (B) relatório descritivo; reivindicações;

- (C) requerimento; relatório descritivo; reivindicações; desenhos, se for o caso; resumo; comprovante do pagamento da retribuição relativa ao depósito; procuração;
- (D) relatório descritivo; reivindicações; desenhos, se for o caso; resumo;
- (E) requerimento; relatório descritivo; reivindicações; desenhos, se for o caso; resumo.

60 - Quando um pedido de patente é depositado no Brasil reivindicando o direito a uma prioridade estrangeira ou brasileira, isso significa que:

- (A) a data de depósito no Brasil será a data da prioridade reivindicada;
- (B) o prazo de vigência da patente brasileira será contado a partir da data da prioridade reivindicada;
- (C) para efeitos de determinação de novidade e atividade inventiva, o pedido de patente brasileiro não será prejudicado por fatos ocorridos após a data da prioridade reivindicada;
- (D) para efeitos de busca, apenas serão considerados os documentos publicados após a data da prioridade reivindicada;
- (E) o exame do pedido de patente com reivindicação de prioridade será efetuado com preferência sobre pedidos de patente depositados sem prioridade.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

61 - José criou uma lista de convidados para uma festa em uma tabela do Word com cinco colunas. Na hora de imprimir, no entanto, ele achou que seria melhor imprimir os nomes dos convidados em texto corrido, com cinco nomes por linha, separados por ponto-e-vírgula. Para isso, o modo mais adequado é:

- (A) clicar em “converter texto em tabela” no menu Tabela e, em Separar texto com, clicar na opção “ponto-e-vírgula”;
- (B) clicar em “converter texto em tabela” no menu Tabela e formatar o parágrafo do texto resultante;
- (C) clicar em “ocultar linhas de grade” no menu Tabela e, em Separar texto com, clicar na opção “ponto-e-vírgula”;
- (D) clicar em “ocultar linhas de grade” no menu Tabela e formatar o parágrafo do texto resultante;
- (E) clicar em “autoformatação da tabela” no menu Tabela e selecionar o formato “ponto-e-vírgula”.

62 - Para produzir um documento de Word com cabeçalho, a sequência mais adequada é:



- (A) Inserir / Cabeçalho e Rodapé;
- (B) Exibir / Cabeçalho e Rodapé;
- (C) Formatar / Cabeçalho e Rodapé;
- (D) Inserir / Comentário / Cabeçalho e Rodapé;
- (E) Formatar / Estilo / Cabeçalho e Rodapé.

63 - Para poder enviar um texto para um jornal, João teve que formatá-lo em colunas. Para criar um título que abranja a largura das colunas de jornal, é necessário:

- (A) selecionar o texto do título e clicar em “uma coluna” no menu Formatar / colunas;
- (B) selecionar o texto do título e clicar em alinhamento “centralizado” no menu Formatar / parágrafo;
- (C) clicar no local em que se deseja colocar o título e clicar em “títulos” no menu Tabela;
- (D) clicar no local em que se deseja colocar o título e clicar em “uma coluna” no menu Formatar / colunas;
- (E) não é possível fazê-lo através do Word.

64 - O modo de exibição da página que torna mais simples o trabalho com colunas e o ajuste das margens, como quando se prepara um texto para um jornal, por exemplo, é:

- (A) normal;
- (B) layout on-line;
- (C) layout da página;
- (D) estrutura de tópicos;
- (E) documento mestre.

65 - Maria quer aproveitar um trecho de um documento antigo na preparação de um novo texto. Os dois arquivos, no entanto, estão formatados de maneiras completamente diferentes. A forma menos trabalhosa de aproveitar o trecho do documento antigo é utilizando os comandos:

- (A) copiar e colar especial / texto não formatado;
- (B) copiar e colar especial / texto formatado;
- (C) copiar e colar;
- (D) inserir especial o arquivo antigo;
- (E) mesclar documentos.

66 - Observe as afirmativas abaixo:

- I - Não é possível proteger um arquivo de Word com senha.
- II - As barras de ferramentas podem ser personalizadas através do menu Ferramentas.
- III - É possível exibir mais de um documento de Word ao mesmo tempo, utilizando o menu Janela.

Assinale a alternativa que contém somente afirmativas corretas:

- (A) apenas I;
- (B) apenas II;
- (C) apenas III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

67 - No sistema Windows, a combinação de teclas que permite comutar de uma tarefa para outra é:

- (A) Ctrl - Alt
- (B) Alt - Tab

- (C) Ctrl - C
- (D) Ctrl - F1
- (E) Alt - Ctrl

68 - Pode-se abrir um arquivo utilizado recentemente pelo Word a partir do botão *Iniciar* e a seguinte combinação de opções de menus:

- (A) Programas/Iniciar;
- (B) Programas/Favoritos;
- (C) Documentos;
- (D) Painel de Controle/Favoritos/Documentos;
- (E) Favoritos/Iniciar.

69 - Quando um aplicativo Windows pára de responder aos comandos do operador, uma providência útil é tentar finalizar a tarefa sem reiniciar totalmente o computador. A combinação de teclas que permite acesso à tela que inicia tal ação é:

- (A) Ctrl-Shift-Del
- (B) Alt-Tab
- (C) Ctrl-Del
- (D) Ctrl-Alt-Del
- (E) Ctrl-Tab-Del

70 - Considere as seguintes afirmativas sobre o sistema *Windows*:

- 1 - No *Windows* é possível instruir o sistema para iniciar um programa sempre que o próprio *Windows* for iniciado.
- 2 - Arquivos cuja extensão é .doc não podem ser abertos a partir do *Windows Explorer*.
- 3 - Para efetuar logoff rapidamente para mudar de usuário, deve-se clicar no botão iniciar e depois clicar em “Efetuar logoff de *nome do usuário*”.

Em relação às afirmativas acima, pode-se afirmar que:

- (A) somente a afirmativa 1 está correta;
- (B) somente a afirmativa 2 está correta;
- (C) somente a afirmativa 3 está correta;
- (D) somente as afirmativas 1 e 3 estão corretas;
- (E) nenhuma afirmativa está correta.